

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.580.959 - SP (2019/0270150-6)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : **FLEET ONE GESTÃO DE FROTAS E VEÍCULOS LTDA**
ADVOGADO : **LUÍS CARLOS PASCUAL - SP144479**
AGRAVADO : **EGSA EQUIPAMENTOS PARA GAS DO BRASIL LTDA**
ADVOGADOS : **BRUNO GELMINI - SP288681**
 : **ULYSSES GUEDES BRYAN ARANHA - SP312143**

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto por FLEET ONE GESTÃO DE FROTAS E VEÍCULOS LTDA. O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

" INDENIZAÇÃO. Cumprimento de sentença. Dificuldade de localização da agravante, nos autos da ação ajuizada pela agravada, de cobrança de quantia reconhecida em ação anterior, mas não compensada com créditos da agravante por falta de pedido expreso. Circunstância que, aliada ao fato de a agravante ter contra si diversas ações ajuizadas, autoriza a suspensão do processo de cumprimento da sentença, fundada no poder geral de cautela, prudente que a situação, por ora, permaneça como está. Agravo de instrumento não provido" (fl. 2.837 e-STJ).

Os embargos de declaração opostos foram acolhidos para suprir omissão, mas sem modificação do que foi decidido no agravo de instrumento (fl. 2.997/3000 e-STJ).

Nas razões do especial, a agravante alegou violação dos arts. 139, IV, 297, 313 e 489, II e § 1º, e 1.022, I e II, do Código de Processo Civil de 2015.

Sustentou, em síntese, negativa de prestação jurisdicional e que ausentes os requisitos para suspensão do cumprimento definitivo de sentença judicial líquida, certa, exigível, incontroversa e transitada em julgado.

Com as contrarrazões e inadmitido o recurso na origem, sobreveio o presente agravo, no qual se busca o processamento do apelo nobre.

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

Superior Tribunal de Justiça

De início, o argumento de que o acórdão atacado teria incorrido em negativa de prestação jurisdicional é improcedente.

No tocante à violação arts. 489 e 1.022 do CPC/2015 verifica-se que o tribunal de origem motivou adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entendeu cabível à hipótese.

De fato, o Tribunal de origem indicou corretamente os motivos que lhe formaram o convencimento, analisando de forma clara, precisa e completa as questões relevantes do processo e solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entendeu cabível à hipótese, conforme se pode inferir dos seguintes trechos dos aclaratórios:

"(...)

Em atenção ao decidido pela Corte Superior, passa-se à análise da decisão que determinou a suspensão dos processos, inclusive o da fase de cumprimento da sentença de onde tirada a decisão atacada, com enfoque no artigo 313, do Novo Código de Processo Civil.

Como decidido no julgamento anterior, cujos fundamentos foram reproduzidos de acórdão proferido em outro agravo de instrumento, no qual se pretendia a reforma da mesma decisão: (...) há elementos nos autos que autorizam, ao menos por ora, a manutenção da decisão da suspensão dos processos, com fundamento no poder geral de cautela. Em que pesa a agravante (embargante) ter crédito reconhecido em seu favor, objeto do cumprimento da sentença, tem contra si ajuizada ação de cobrança, fundada no mesmo contrato, de montante bem superior ao seu crédito e que foi reconhecido no julgamento do agravo de instrumento prolatado por esta Câmara, mas não compensado oportunamente, porque não foi objeto de pedido na reconvenção. Reconhece-se que este fato, por si só, não autorizaria a suspensão da fase de cumprimento da sentença. Não obstante, aliado a isso, a agravada trouxe com a contraminuta elementos que indicam que a agravante está inoperante, tendo contra si, atualmente, mais de 60 processos ajuizados. Digno de nota o fato de que não tem sido exitosa a citação da agravante nos autos da ação de cobrança, consoante se verifica do extrato de andamento processual (proc. n° 1003811-35.2017.8.26.0428).

Convém ressaltar também, como assentado na decisão agravada, que a agravada (embargada) já garantiu o Juízo, não se envolvendo maior prejuízo com a manutenção da decisão. A noticiada cessão de direitos firmada entre a agravante FLEET ONE GESTÃO e seu patrono somente diz respeito às partes, não influenciando no resultado deste julgamento, anotando-se que tal cessão não tem o condão de modificar a natureza do crédito cedido. Assim, fundado no poder geral de cautela e presentes os requisitos legais, justifica-se a suspensão, por ora, dos processos, até porque, como anotado no julgamento dos embargos de declaração, a decisão é passível de reconsideração, 'após esclarecimentos das partes quanto às determinações já proferidas nos respectivos autos

digitais na decisão recorrida'.

Verifica-se, pois, que, ante o preenchimento dos requisitos legais, a suspensão da fase de cumprimento da sentença foi determinada com fundamento no poder geral de cautela insculpido no artigo 297, 'caput', do Código de Processo Civil, que dispõe que 'o juiz poderá determinar as medidas que considerar adequadas para efetivação da tutela provisória'.

A excepcionalidade do caso, conforme se verifica dos fundamentos acima expostos, autoriza a medida excepcional acautelatória, revelando-se legítima a determinação de suspensão da fase de cumprimento da sentença, no aguardo de esclarecimentos quanto às determinações já proferidas nos processos envolvendo as partes, após o que, como ressaltado pelo D. Juízo Singular, a decisão será passível de reconsideração.

A decisão, portanto, está amparada no referido dispositivo legal, não se envolvendo violação ao disposto no artigo 313, do Novo Código de Processo Civil, que, a bem da verdade, é da mais absoluta impertinência na solução deste caso" (fls. 2.999/3.000 e-STJ - grifo do original).

Não há falar, portanto, em prestação jurisdicional lacunosa ou deficitária apenas pelo fato de o acórdão recorrido ter decidido em sentido contrário à pretensão da recorrente.

Nesse sentido:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE DANOS MATERIAIS. BENFEITORIAS EM IMÓVEL. EFEITO SUSPENSIVO. REQUISITOS. AUSÊNCIA. ART. 1.022 DO CPC/2015. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITOS MODIFICATIVOS. POSSIBILIDADE.

1. A atribuição de efeito suspensivo a recurso especial está circunscrita à presença cumulativa dos requisitos da plausibilidade do direito invocado e no perigo de dano irreparável ou de difícil reparação, que não se fazem presentes na hipótese.

2. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.

3. É possível a atribuição de efeitos infringentes aos embargos de declaração quando a alteração da decisão surgir como consequência lógica da correção da omissão, contradição ou obscuridade.

4. Agravo interno não provido" (AgInt no AREsp 1.070.607/RN, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 25/8/2017 - grifou-se).

Impende asseverar que cabe ao julgador apreciar os fatos e as provas da demanda segundo seu livre convencimento, declarando, ainda que de forma sucinta, os

fundamentos que o levaram a solucionar a lide.

Desse modo, o não acolhimento das teses ventiladas pelo recorrente não significa omissão ou deficiência de fundamentação da decisão, ainda mais quando o aresto aborda todos os pontos relevantes da controvérsia, como na espécie.

A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO MONITÓRIA. CHEQUES. RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO MONOCRÁTICA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA.

- 1. Ausentes os vícios do art. 1.022 do CPC, rejeitam-se os embargos de declaração.**
- 2. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a interposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.**
- 3. O reexame de fatos e provas em recurso especial são inadmissíveis.**
- 4. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.**
- 5. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação do art. 489 do CPC.**
- 6. Agravo interno provido. Agravo conhecido. Recurso especial não conhecido" (AgInt no AREsp 1.033.786/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 20/6/2017 – grifou-se).**

Ademais, observa-se que a Corte estadual, fundada na convicção extraída da análise dos fatos e provas do processo, entendeu que foram preenchidos os requisitos legais autorizadores da suspensão dos processos. Desse modo, denota-se que o acolhimento da pretensão recursal demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, o que se mostra inviável ante a natureza excepcional da via eleita, a teor do enunciado da Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer em parte do recurso especial, mas negar-lhe provimento.

Deixo de tratar dos honorários recursais (art. 85, § 11, do CPC/2015), haja vista que o recurso especial ao qual se negou provimento é oriundo de acórdão proferido por ocasião de julgamento de agravo de instrumento, sem fixação de honorários sucumbenciais.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator